

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR DO EGRÉGIO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – DR. DIMAS  
RAMALHO.**

**Ref.: TC nº 4546.989.18-7**

**Contas Anuais – Exercício de 2018**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR**, neste ato, representada por seus procuradores que ao final subscrevem, vem à presença de Vossa Excelência, *com a devida venia*, expor e requerer o quanto segue:

O processo em tela versa sobre a Prestação de Contas relativa ao exercício de 2018 apresentada a esse Egrégio Tribunal, para os fins do disposto no inciso II do artigo 2º da Lei Complementar nº. 709, de 14 de janeiro de 1993, bem como do artigo 192 do Regimento Interno deste E. Tribunal de Contas.

A Unidade Regional do Colendo TCE/SP, após auditorias realizadas *in loco*, apresentou relatório conclusivo final com diversos apontamentos referentes à matéria, conforme verifica-se nos autos às **fls. 01/75**, de modo que Sua Excelência, assinou o prazo de 15

(quinze) dias para que a Origem tomasse conhecimento dos apontamentos e apresentasse as Justificativas cabíveis.

Por certo que a Prefeitura Municipal de Monte Mor tomou ciência dos relatórios, em especial o Relatório Conclusivo da Douta Fiscalização, de modo que os levantamentos necessários foram iniciados e estão em andamento.

Contudo, o Relatório Conclusivo, aliado aos anteriores, à quantidade de diferentes itens concernentes aos variados Departamentos e Secretarias e à complexidade da matéria em análise, indubitavelmente demandam tempo hábil para que possa ser realizada a juntada das mais diversas informações e documentação para apresentação das devidas justificativas, o que não ocorreu, porquanto o tempo assinalado foi escasso não permitindo à municipalidade finalizar o quanto necessário.

Nesta esteira, resta perfeitamente demonstrada a razoabilidade concernente ao fato de que a prorrogação do prazo assinalado é medida necessária e que se impõe ao caso.

Nesse passo, requeremos a compreensão de Vsa. Excelência no sentido de deferir a prorrogação do prazo em 15 (quinze) dias para que a Prefeitura Municipal de Monte Mor possa concluir as Justificativas e devidamente apresentá-las auxiliando essa Colenda Corte no que tange à presente instrução processual.

Vale lembrar, por fim, **que não se trata de pedido com caráter procrastinatório ou qualquer intenção nesse sentido**, mas realmente o fato de que o relatório é extenso e as respostas demandam o levantamento de inúmeras informações relativas a matérias de certa complexidade que demandam tempo.

Por todo ora exposto, contando com o bom senso dessa Corte, a fim de que seja possível concluir e enviar as Justificativas cabíveis com relação às contas municipais de 2018 e prosseguir os autos na devida instrução.

Termos em que,  
Pede e espera deferimento.

São Paulo, 02 de agosto de 2019.

**Rosely de J. Lemos**

OAB/SP 124.850

**José Américo Lombardi**

OAB/SP 107.319